Submissão: 07/09/2022
Publicação:20/09/2022
DOI:

RACISMO, FEMINISMO NEGRO E EDUCAÇÃO

RACISM, BLACK FEMINISM AND EDUCATION

Isabela Borstel dos Santos[1]
Thais Damaris da Rocha Thomazini[2]

Resumo: Este artigo discorre sobre a maneira como a mulher negra é representada nos currículos educacionais e, para isso, fundamenta-se na teoria sobre o racismo estrutural defendida por Silvio Almeida (2019). O trabalho também enfatiza as contribuições produzidas pelas feministas negras bell hooks[3] (2020), Djamila Ribeiro (2019) e Lélia Gonzalez (2019) e, ainda, faz uma análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Considerando o tema delimitado, a pesquisa articula-se em torno do problema sobre como a mulher negra é apresentada nos conteúdos escolares e como é possível, por meio dos estudos de autores negros, identificar os preconceitos construídos histórica e culturalmente e, assim, intervir no processo de desconstrução de perspectivas e atitudes racistas. Para isso, recorreu-se a pesquisa bibliográfica como forma de amparar as reflexões sobre a repercussão do racismo tanto na educação, quanto na representação de mulheres negras. Conclui-se que a presente pesquisa possa ser fundamental no que tange a proporcionar maior conhecimento e consciência quanto aos problemas do racismo e de outras manifestações de desrespeito à humanidade na conjuntura social, possibilitando a formação de novas formas de pensar, no sentido de ampliar horizontes e perspectivas, em favor de uma formação humana pautada em igualdade e respeito.

Palavras-chave: Educação. Racismo. Mulher negra. Feminismo negro. Currículo.

Abstract: This article discusses the way in which black women are represented in educational curricula and, for that, it is based on the theory of structural racism defended by Silvio Almeida (2019). The work also emphasizes the contributions produced by black feminists bell hooks (2020), Djamila Ribeiro (2019) and Lélia Gonzalez (2019) and also analyzes the National Common Curricular Base (BNCC). Considering the delimited theme, the research is articulated around the problem of how the black woman is presented in school contents and how it is

[1] Acadêmica do curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel.

[2] Mestre em Ciências Sociais, Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel, Mestre em Ciências Sociais.

[3] A autora bell hooks adota a grafia de seu nome em letras minúsculas como uma forma de demonstrar que suas ideias são mais importantes que sua pessoa.

possible, through the studies of black authors, to identify the prejudices historically and culturally constructed and, thus, to intervene in the process of deconstructing racist perspectives and attitudes. For this, bibliographic research was used as a way to support reflections on the repercussion of racism both in education and in the representation of black women. It is concluded that the present research can be fundamental in terms of providing greater knowledge and awareness of the problems of racism and other manifestations of disrespect for humanity in the social context, enabling the formation of new ways of thinking, in the sense of expanding horizons. and perspectives, in favor of a human formation based on equality and respect.

Keywords: Education. Racism. Black woman. Black feminism. Resume.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento, a qual envolverá também uma pesquisa de campo, contudo, esse artigo em específico limita-se apenas a apresentar e enfatizar as análises bibliográficas referentes aos temas: racismo, feminismo negro e educação. Tem como objetivo analisar como a mulher negra é representada nos currículos educacionais e as implicações desse processo (visibilidade, indiferença ou silenciamento) na construção e reprodução de estereótipos que contribuem na desvalorização da mulher negra na sociedade brasileira. Para cumprir com os objetivos propostos, esta pesquisa assumiu caráter qualitativo, explicativo e bibliográfico.

Falar em educação é falar sobre formação humana, sendo essa formação um processo dinâmico e contínuo, que se dá por meio das interações sociais inseridas em determinados contextos históricos e culturais, desenrolando-se durante toda a vida dos sujeitos. As interações sociais e seus respectivos contextos histórico culturais estão em constante mudança, justificando assim o fato de que a formação humana não é um produto, mas um processo com duração de vidas inteiras. Os processos formativos, ou processos de aprendizagem, ocorrem não apenas de forma espontânea, mas também de forma sistematizada, institucionalizada e intencional, isto é, por meio da educação formal que acontece na escola.

Em seus documentos curriculares, a escola, enquanto instituição social, reflete uma sociedade marcada pela dominação, que, por sua vez, é legitimada pelas relações raciais em que se percebe ora escancaradamente, ora disfarçadamente, o racismo. Diz-se que a escola reflete a sociedade, pois

> As instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição (ALMEIDA, 2019, p. 27).

Ao longo da experiência escolar, os educandos deparam-se com a pessoa negra em meio aos livros didáticos que contam sua história e concedem a ela uma identidade específica, até mesmo padronizada. Em outras palavras, nota-se que os currículos educacionais e a extensão destes nos livros didáticos

expõem o negro e a cultura negra a partir de um ponto de vista “colonizador”, marcado por estereótipos e inúmeros preconceitos. Por esse motivo, movimentos negros surgem e reivindicam o direito à voz para proclamar sua própria identidade e legitimar seus próprios conhecimentos, combatendo a identidade e o conhecimento que lhes foram impostos. Além do movimento negro, tem-se também o movimento feminista negro, no qual mulheres negras visam falar sobre seus problemas sob perspectiva própria, buscando maior visibilidade e valorização em um contexto de profundo esquecimento e precariedade.

Falar sobre racismo requer um abandono de pré-concepções por parte de qualquer um que esteja disposto a entende-lo, pois a sociedade é marcada por esse racismo, e, mesmo assim, é comum ouvir a maioria das pessoas declararem não ser racistas e afirmar que o problema não lhes é próximo. O ato de não reconhecer o racismo nas próprias ações e discursos revela a falta de conhecimento de que o racismo não é um problema individual, mas estrutural, portanto, não se trata de ser racista, mas de fazer parte de uma estrutura racista. O fato de os sujeitos não se reconhecerem como racistas, ou como parte da estrutura supracitada, implica na naturalização do racismo, pois negar o problema não suprime a sua existência, pelo contrário, extingue as possibilidades de encarar, questionar e solucionar a questão.

Falar sobre racismo na perspectiva feminista negra é abranger, para além da questão racial, a questão de gênero e de classe. O movimento feminista negro ajuda na compreensão da complexidade de não apenas ser mulher, mas também ser negra. Logo, esse movimento surgiu como uma forma de denunciar o feminismo enquanto um movimento que apenas considerava as mulheres brancas, ou nas palavras de hooks (2020, p. 90) “[...] um movimento feminista que inicialmente não considerava diferença racial ou a luta antirracismo”.

Portanto, sabendo que a mulher é atacada pelo machismo e ferida em todos os seus aspectos, sejam eles físicos e psicológicos, ou sejam eles mais estruturalmente amplos, nos âmbitos financeiros, políticos e culturais, entende-se que a mulher negra é atacada e ferida nos mesmos aspectos, no entanto, carrega em si mesma um problema a mais, expresso em sua cor. Nota-se, portanto, a inter-relação entre gênero, classe e raça na vivência da mulher negra, em que ela sofre não apenas por ser mulher, mas também pelas limitações financeiras e, principalmente, por ser negra. É neste contexto que irrompe o conceito de interseccionalidade, o qual aponta para a interdependência das condições de raça, classe e gênero, e ajuda a compreender a experiência da mulher negra considerando o lugar que ela ocupa na dinâmica das relações sociais.

A interseccionalidade possibilita entender um fenômeno social considerando aspectos identitários para além da questão de gênero, pois considera também a questão de raça e de classe. Kyrillos (2020, p.1) define o conceito de interseccionalidade como

> Uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se

> busca compreender as condições específicas que deles decorrem.

Neste sentido, é válido ressaltar que o feminismo negro foi fundamental pois enfatizou a questão da raça em um movimento que apenas evidenciou a questão de gênero e somente considerou a situação das mulheres brancas. Sendo assim, a interseccionalidade aponta para o fato de que gênero, raça e classe são indissociáveis, e ainda atenta para o fato de que as diferentes opressões se combinam e entrecruzam, portanto, não é possível lutar contra uma forma de opressão isoladamente.

Costuma-se pensar que a educação é capaz de solucionar os problemas da sociedade, porém, ela não poderá concretizar tal objetivo enquanto for instrumento de mera reprodução da estrutura vigente. A não reprodução da estrutura implica em conhecê-la e assumir responsabilidade por ela. Implica também em questionar aquilo que se ensina aos educandos, aquilo que é apresentado e consumido como um fato. Por isso, as teorias feministas negras, tornam-se fundamentais para a consciência e amparo para os questionamentos. Os conhecimentos gerados pelo movimento negro são instrumento de resistência e respaldo por uma (re)formação, tendo em vista um processo de desconstrução da estrutura racista.

Primeiro, é preciso entender e conhecer nosso lugar na estrutura racista, pois postula-se que todos as pessoas são parte do problema, seja por meio de atitudes racistas, seja por meio do espaço de privilégio que ocupam na sociedade em detrimento do espaço que é concedido aos negros. Os educadores, enquanto agentes no processo de formação humana, deparam-se com a oportunidade de trazer à consciência, construir questionamentos, problematizar e desnaturalizar o racismo por meio de diálogos com os educandos, num ambiente de aprendizagem que não se limita a apresentar os conteúdos curriculares, mas a se posicionar frente a eles com olhar crítico e questionador.

Conhecer o racismo e perceber-se como responsável por ele de alguma forma é reconhecer uma humanidade que transcende parâmetros classificatórios que apenas discriminam, marginalizam e excluem pessoas por sua cor. Um professor que entende o racismo estrutural é um sujeito capaz de formar pessoas para fazer parte da humanidade tal como ela é: uma estrutura na qual todos atuam e todas as ações afetam o todo, concomitantemente. Logo, vale ressaltar que

> A estrutura “é viabilizadora, não apenas restritora”, o que torna possível que as ações repetidas de muitos indivíduos transformem as estruturas sociais. Ou seja, pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um álibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsável pelo combate ao racismo e aos racistas. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o

> torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo (ALMEIDA, 2019, p. 36).

Discorrer sobre racismo no âmbito da educação é primordial pois sabe-se que a modalidade educacional de maior alcance, mais amplamente difundida, é a educação formal, disseminada nos ambientes escolares. Sabe-se também que esta educação traz em seus processos formativos os conteúdos indicados pelos currículos educacionais, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, é preciso atentar-se ao que há de implícito nestes conteúdos.

Diz-se necessário atentar-se ao que há de implícito nos conteúdos curriculares porque entende-se que a educação formal traz em si o conhecimento científico, e entende-se ainda que o conhecimento científico assume, muitas vezes, uma condição quase dogmática, pois a sociedade tende a acreditar no conhecimento científico como uma verdade absoluta. É claro que há validade no conhecimento científico dado o rigor de sua produção, mas ele também é passível de mudança, de questionamento. O conhecimento científico é um instrumento de poder, pois, como salienta Almeida (2019, p. 48)

> A ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar [...] Isso menos por uma questão de capacidade, e mais por uma questão de autoridade. É da natureza da ciência produzir um discurso autorizado sobre a verdade.

Por esse motivo a ciência pode tornar-se prejudicial a imagem da mulher negra veiculada na escola, já que o discurso e a imagem propagada sobre ela torna-se aceita como verdade: a mulher negra escravizada, vítima, pobre. Isso sem mencionar a forma como ela é representado na mídia.

> O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. [...] A escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes (ALMEIDA, 2019, p. 45, grifo nosso).

A questão é que o conhecimento dito científico, indicado pelos currículos educacionais e expressos na escola, precisa ser questionado, pois há potencial para que ele se torne legitimador de um sistema que coloca a mulher negra em posição social de desvantagem. Além disso, a ciência abordada nos conteúdos escolares correm o risco de abranger discursos que fornecem explicações “racionais” para o racismo, os quais contribuem apenas para justificar e naturalizar a discriminação racial.

Tendo em vista o tema proposto e todas as suas implicações, este artigo segue apresentando uma revisão bibliográfica composta pelos seguintes assuntos: breve contextualização histórica da mulher negra escravizada; racismo estrutural; feminismo negro; a escola e a questão étnico-racial; e, por fim, BNCC

e a questão étnico-racial. Em seguida, o artigo segue para as considerações finais sobre o tema.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO: MARCAS DA MULHER NEGRA OUTRORA ESCRAVIZADA

A autora Djamila Ribeiro introduz uma de suas obras afirmando que para "falar sobre racismo no Brasil [...] é fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências" (RIBEIRO, 2019, p. 9).

Nesse sentido, não é possível estabelecer o número exato de africanos que foram brutalmente retirados de sua terra natal, mas estima-se que aproximadamente 12,5 milhões deles embarcaram em navios negreiros para diversas regiões da América (GOMES, 2019). Sabe-se que a escravidão no Brasil durou mais de 350 anos, e hoje ela deixa marcado na estrutura social estigmas de discriminação, preconceito, desprezo e marginalização.

É inviável negar que, hoje, o lugar social ocupado pela população negra no país é consequência do passado de escravidão o qual sofreram. Desde o início da constituição nacional, foi concedido à população negra espaços de servidão, em que estes foram explorados e reduzidos a condições desumanas. Após a abolição em 1888, o que permaneceu foi não só violência de ordem física, mas principalmente violência de ordem simbólica, de caráter mais sutil, pois o negro teve sua identidade marcada como inferior aos demais.

Para refletir em específico sobre a mulher negra, sabe-se que a escravidão causou muitas marcas prejudiciais não só à sua imagem, mas também à forma como ela é tratada e representada na sociedade atual. A autora bell hooks, em sua obra "E eu não sou uma mulher?", publicado pela primeira vez em 1981, dedicou um capítulo inteiro para falar sobre a experiência da mulher negra escravizada, e com isso é possível identificar três condições as quais elas sofreram, além de preconceitos oriundos dessas circunstâncias.

A primeira condição foi a exploração dessas mulheres enquanto trabalhadoras. Devido a essa condição, um dos estigmas formulados sobre a mulher negra é a de empregada doméstica, limitando-a somente a essa função como se não houvesse nenhum outro espaço social propício a ela.

A segunda condição foi a exploração sexual sofrida pela mulher negra, a qual conferiu a ela a imagem de uma mulher perversa, devassa, prostituta. Quanto a essa noção, hooks (2020, p. 108) faz referência ao "[...] mito da mulher má e sexualmente desinibida". Talvez seja possível notar essa "herança" do passado de exploração sexual da mulher negra quando, em época de carnaval, esta mulher de cor é trajada de maneira vulgar, com a maior parte do corpo exposta, e assim desfila pelas avenidas sendo aplaudida e desejada. Lélia Gonzalez (2019), na obra "Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro", comenta este fato presente na cultura brasileira, no qual a mulher negra, antes vista como mera empregada subalterna, de repente se torna musa admirada. O que acontece, na verdade, é a sexualização do corpo feminino negro, o qual é valorizado somente nestas circunstâncias. De repente, e por breves instantes, a mulher negra solta o peso dos preconceitos que são impostos sobre ela e deixa

de ser a empregada, a prostituta. De repente, estima-se a sua imagem. Gonzalez (2019, p. 29, grifo nosso) escreveu:

> É neste instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na "mulata deusa do meu samba" [...] É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada [...] Toda jovem negra, que desfila no mais humilde bloco do mais longínquo subúrbio, sonha com a passarela da Marquês de Sapucaí. [...] E por que não? Como todo o mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com forte cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco fez com a gente porque a gente é preto. Pra gente que é preta, então, nem se fala. Será que as avós da gente [...] fizeram alguma coisa pra eles tratarem a gente desse jeito?

Quanto aos efeitos da exploração sexual de mulheres negras escravizadas que repercutem até os dias de hoje, vale ainda mencionar as contribuições de hooks (2020, p. 103, grifo nosso):

> A maioria das pessoas tendem a ver a desvalorização da mulheridade negra como algo que ocorreu somente no contexto da escravidão. Na verdade, a exploração sexual das mulheres negras continuou por muito tempo depois do fim do período da escravidão e foi institucionalizada por outras práticas opressivas. A desvalorização da mulheridade negra depois do término da escravidão foi um esforço consciente e deliberado dos brancos para sabotar a construção da autoconfiança e do autorrespeito da mulher negra.

A outra imagem atribuída sobre a mulher negra é, talvez, menos agressiva que as duas anteriores, mas não deixa de inferiorizá-la e condená-la a um lugar de silenciamento, pois também é um preconceito que limita suas potencialidades, reduzindo-a a uma única possibilidade de ser. Tal imagem tem sua origem na circunstância vivida pela mulher negra escravizada quando assumia a função de cuidar das crianças, filhas de seus proprietários. As condições desumanas sob as quais estavam submetidas claramente desmoralizavam-nas perante os olhos da sociedade, e, por isso, parece que elas obtiveram um certo alívio quando vistas sob a figura mais terna de *mãe*.

> A sistemática desvalorização da mulheridade negra levou a degradar qualquer atividade feita por mulheres negras. Várias mulheres negras tentaram tirar o foco de atenção da sexualidade ao enfatizar seu comportamento com a maternidade. [...] Elas se esforçaram em provar seu valor e sua dignidade ao demonstrar que eram mulheres cuja vida estava fortemente fundamentada na família (HOOKS, 2020, p. 120).

É interessante, porém, notar que todo os estereótipos formados sobre a mulher negra, mesmo a imagem maternal, eram transformados em estereótipos negativos a fim de mantê-las abaixo do nível dos brancos. Sobre o exposto, hooks (2020, p. 141) argumenta:

> Não é muito difícil imaginar como os brancos chegaram a criar a figura da mãe preta. Considerando o desejo de homens brancos pelo corpo de mulheres negras, é provável que mulheres brancas não estivessem satisfeitas com o fato de haver jovens negras trabalhando na casa delas, por medo de que pudesse ser formado um laço entre a jovem e o marido delas, portanto, criaram uma imagem da babá negra ideal. Para começar, ela era assexuada e, consequentemente, tinha que ser gorda (de preferência obesa); também precisava dar a impressão de não ser limpa, por isso usava um lenço sujo e engordurado na cabeça; seus sapatos muito apertados, de onde os pés grandes escapavam, eram ainda mais uma confirmação de sua bestialidade e semelhança com uma vaca. [...] A imagem da mãe preta era representada com afeição por pessoas brancas. [...] Os brancos criaram na figura da mãe preta uma mulher negra que personificava somente aquelas características que eles, como colonizadores, desejavam explorar. Eles enxergavam nela a encarnação da mulher como uma cuidadora passiva, uma figura de mãe que dava tudo sem esperar nada em troca, que não somente reconhecia sua inferioridade em relação aos brancos, mas que os amava. A mãe preta, como representada pelos brancos, não é uma ameaça à ordem social patriarcal branca, porque ela se submete por completo ao regime racista branco. Programas de televisão contemporâneos continuam a apresentar figuras de mãe preta como protótipos de uma mulheridade negra.

Em síntese, essas são algumas marcas deixadas pela escravidão na vida das mulheres negras, as quais mesmo depois da abolição continuaram sofrendo, seja porque ficaram desamparadas sem ter onde encontrar abrigo e tendo que voltar para a casa de seus senhores, seja pela forma como eram vistas e tratadas em sociedade. Mesmo com o fim da escravidão, a mulher negra continuou sendo vista ora como empregada e cuidadora, ora como prostituta má. Quanto ao espaço social que ela ocupa, pouca coisa mudou: a mulher negra continua atuando enquanto alguém que tem seus afazeres limitados aos cuidados do lar (de outra pessoa).

2.2 RACISMO ESTRUTURAL

Para entender e discorrer sobre o que é racismo, esta pesquisa amparou-se na obra de Silvio Almeida, professor e advogado negro, autor do livro "Racismo Estrutural" (2019). Nesta obra, o autor trata sobre racismo primeiramente explicando o conceito de raça num plano histórico, e depois distinguindo os conceitos de preconceito, racismo e discriminação. Em seguida, aborda o racismo em três concepções: individualista, institucionalista e estrutural. No decorrer de sua obra, traça ainda um panorama sobre racismo relacionando-o ao âmbito da ideologia, da política, do direito, e da economia, de maneira a tornar claro que o fenômeno racista é um problema que permeia a sociedade como um todo.

Quando se fala sobre racismo, é fundamental entender o conceito de raça. Em um primeiro momento, o termo era especifico à área da biologia e usado para classificar, dentro das espécies, grupos distintos com características físicas comuns. O exemplo mais simples da aplicação do conceito de raça na biologia é quando se fala sobre as diversas raças de cachorros: a raça *poodle*, por exemplo, agrupa cães de pelagem ondulada, branca, etc.; já a raça *shih tzu* agrupa cães com o pelo liso e de cores que variam entre branco, preto e marrom. Assim, em uma mesma espécie (cachorros), existem várias raças, pois variam-se as características entre eles. Semelhantemente, acreditava-se que em meio a espécie humana existiam diferentes raças, devido a variação das características físicas entre as pessoas. No entanto, avanços científicos na área da biologia comprovaram que não há, na espécie humana, diferentes raças, o que se nota são apenas variações fenotípicas. Pena e Birchal (2006) publicaram um estudo no qual demonstraram a inexistência de raças humanas biologicamente falando, de modo que "raça" é, quando aplicada à seres humanos, uma questão de ordem moral e ética. Os autores explicam que

> Da mesma maneira que a cor da pele, algumas outras características físicas externas, como o formato da face, a grossura dos lábios e a cor e a textura do cabelo, são traços literalmente "superficiais". [...] As características morfológicas humanas dependem da expressão de um número pequeno de genes e refletem a variação em apenas alguns milhares entre os bilhões de nucleotídeos no genoma humano. Em resumo, as diferenças icônicas de "raças" [...] não refletem variações genômicas generalizadas entre os grupos. [...] Três linhas separadas de pesquisa molecular fornecem evidências científicas sobre a inexistência de raças humanas. A primeira é a observação de que a espécie humana é muito jovem e seus padrões migratórios demasiadamente amplos para permitir uma diferenciação e consequentemente separação em diferentes grupos biológicos que pudessem ser chamados de "raças". A segunda é o fato de que as chamadas "raças" compartilham a vasta maioria das suas variantes genéticas. A terceira é a constatação de que apenas 5-10% da variação genômica humana ocorre entre as "raças" putativas. As evidências levam à conclusão de que raças humanas não existem do ponto de vista genético ou biológico (PENA; BIRCHAL, 2006, p. 15).

Desse modo, o termo raça, quando aplicado a seres humanos, torna-se um conceito político, que por muito tempo foi usado como forma de justificar a

desigualdade, a discriminação e a exploração de grupos humanos devido a suas características físicas, baseando-se na crença de que pessoas brancas eram superiores. Quanto a superioridade branca, Almeida (2019, p. 21, grifo do autor) explica:

> A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas ou condições climáticas e/ou ambientais seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes *raças*. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de *comportamentos imorais, lascivos* e *violentos*, além de *pouca inteligência*.

É também imprescindível destacar a diferença entre preconceito, racismo e discriminação ao falar sobre o tema desta pesquisa. De forma breve, entende-se que *racismo* é uma forma sistemática de discriminação a qual se fundamenta na raça, e se manifesta no comportamento de indivíduos ou nas relações de desvantagens e privilégios existentes na sociedade e determinadas pela noção de raça. Já o *preconceito* racial seria um julgamento fundado em estereótipos sobre indivíduos de determinado grupo racial. Neste trabalho podemos destacar e tomar como exemplo um dos preconceitos formados sobre a mulher negra: hooks (2020) discorreu sobre o fato de que o passado de exploração sexual da mulher negra escravizada levou a uma desvalorização da mulher negra que se reflete no imaginário social até os dias atuais; nas palavras da própria autora:

> A imagem predominante é a da mulher “decaída”, a meretriz, a devassa, a prostituta. [...] A designação de todas as mulheres negras como depravadas, imorais e sexualmente desinibidas surgiu no sistema de escravidão (HOOKS, 2020, p. 93-94).

Por fim, a *discriminação* racial seria o efetivo tratamento diferenciado aos membros de grupos raciais específicos. Neste sentido, a discriminação opera diretamente no campo do *poder*, pois concede a possibilidade de atribuir, injustamente, privilégios ou desvantagens por conta da *raça*.

Para sintetizar a breve explanação sobre o racismo, vale abordar brevemente as três concepções de racismo já citadas no início do texto, a começar pela concepção individualista. Nesta concepção, o racismo é entendido como um fenômeno ético ou psicológico, uma falha no comportamento individual de sujeitos que exercem alguma conduta preconceituosa e/ou discriminatória. O problema da concepção individualista é que ela nega a condição sistemática do racismo e o fato de que este é um problema político que está enraizado na história e, portanto, na formação da sociedade. Além disso, o entendimento do racismo como uma conduta individual facilita a negação ou a naturalização do problema, pois as pessoas tendem a não perceber o racismo em suas atitudes próprias. É por esse motivo que Djamila Ribeiro (2019) sugere em sua obra que seja percebido o racismo internalizado em cada indivíduo. Ela ainda prossegue afirmando que

> A maioria das pessoas admite haver racismo no Brasil, mas quase ninguém se assume como racista. Pelo contrário, o primeiro impulso de muita gente é recusar enfaticamente a hipótese de ter um comportamento racista: “Claro que não, afinal tenho amigos negros”, “Como eu seria racista, se empreguei uma pessoa negra?”, “Racista, eu, que nunca xinguei uma pessoa negra?”. A partir do momento em que se compreende o racismo como um sistema que estrutura a sociedade, essas respostas se mostram vazias. É impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista (RIBEIRO, 2019, p. 38).

Sobre a concepção institucional do racismo, trata-se de um importante avanço teórico, pois esta concepção compreende que o fenômeno racista vai muito além de comportamentos individuais. A concepção institucional entende que o racismo deriva do funcionamento das instituições que, por terem o poder de regular a sociedade, são capazes de conferir desvantagens e privilégios com base na raça. Desse modo,

> A desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemonizadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA, 2019, p. 28).

Basicamente, o racismo acontece porque o grupo detentor do poder é quase totalmente formado por brancos, e estes tem por objetivo manter sua hegemonia.

Até aqui, a concepção institucional ajudou na compreensão de que o racismo não existe apenas por comportamentos individuais, mas é perpetuado amplamente na sociedade por relações de poder vinculadas às instituições. Dessa forma, visto que as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social, elas então reproduzem as condições de desvantagens a que determinados grupos raciais estão inseridos. Ora, se as instituições funcionam condicionadas a uma estrutura social, então a ordem que elas regulam está intrínseca a toda essa estrutura e, portanto, o racismo que elas expressam também será parte desta mesma estrutura. Logo, “[...] se há instituições cujos padrões de funcionamento redundam em regras que privilegiam determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da ordem social” (ALMEIDA, 2019, p. 33). É por esse motivo que Djamila Ribeiro afirmou que “[...] é impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista” (2019, p. 38), pois o racismo *é anterior* ao indivíduo, visto que faz parte de um sistema que já tem em andamento um percurso histórico muito antigo.

O racismo é estrutural pois está infiltrado na sociedade fazendo parte do funcionamento orgânico dela, como um parasita que se hospeda num corpo e prejudica o funcionamento saudável de todo o organismo. Sendo o racismo estrutural, conclui-se que comportamentos individuais e processos institucionais são apenas reflexos de uma sociedade na qual o racismo é intrínseco.

2.3 FEMINISMO NEGRO

Discorrer sobre feminismo negro é uma tarefa complexa, pois trata-se de um assunto amplo e por isso este texto não pretende esgotar o assunto, mas sim refletir, na medida do possível, sobre o que é o movimento feminista negro, por que ele surgiu e qual a dimensão de sua relevância.

De acordo com Ribeiro (2018, p. 51),

> O feminismo negro começou a ganhar força a partir da segunda onda do feminismo, entre 1960 e 1980, por conta da fundação da National Black Feminist, nos Estados Unidos, em 1973, e porque feministas negras passaram a escrever sobre o tema, criando uma literatura feminista negra.

Portanto, nota-se que o feminismo negro surgiu num contexto em que mulheres já lutavam por seus direitos políticos, morais e civis, mas, enquanto isso, *mulheres negras* continuavam vivendo à margem da sociedade, em condições muito inferiores em relação as mulheres brancas.

Talvez, mais importante do que traçar uma narrativa puramente histórica sobre o surgimento do feminismo negro, é discorrer filosoficamente sobre sua origem, isto é, pensando sobre os motivos de sua existência enquanto um movimento fundamental para a vida de mulheres negras. Na leitura de autoras negras, nota-se que o feminismo negro possibilitou “dar voz” e visibilidade a mulheres que antes viviam caladas e esquecidas. O movimento também permitiu a representatividade dessas mesmas mulheres que encontravam-se marginalizadas na sociedade. A mulher negra, que antes era vista como empregada, meretriz ou “mãe-preta”, pôde reconhecer-se sob uma outra perspectiva, no discurso de mulheres negras que resolveram se expressar e lutar contra a opressão que estavam sofrendo.

Uma das mais notórias mulheres negras que bradou em meio a um cenário de silenciamento e rejeição foi Sojourner Truth, abolicionista que viveu entre 1797 e 1883, nos Estados Unidos.

Como já fora dito, mulheres brancas estavam lutando por seus direitos em um movimento que girava em torno de uma realidade apenas aplicável a elas, realidade esta que não era igual a de mulheres negras; isto é, o movimento feminista de mulheres brancas ignorava totalmente as vivências de mulheres não brancas. Enquanto mulheres brancas, por exemplo, reivindicavam liberdade para trabalhar e ser financeiramente independentes, mulheres negras já trabalham havia muito tempo, sacrificando-se em exaustivas jornadas de trabalho para sustentar suas famílias. Mulheres brancas eram vistas como submissas a seus maridos, donas de casas amáveis, mãe protetoras, moças frágeis e necessitadas da proteção de um homem, ao passo que mulheres negras eram vistas como “[...] uma criatura indigna de receber o título de mulher; [...] um mero bem material, uma coisa, um animal” (HOOKS, 2020, p. 252).

Diante dessas circunstâncias, em 1852, durante uma convenção anual do movimento pelos direitos das mulheres, Sojourner Truth levantou-se diante de uma plateia e mostrou os seios para provar que, de fato, era uma mulher. Ainda que não fosse considerada frágil e não estivesse sob a proteção de um marido, dentre outras condições comuns às mulheres brancas, Truth também era uma mulher. O seu discurso, um dos mais famosos e importantes na luta antissexista

e antirracista, o qual também pode ser considerado precursor importantíssimo para o movimento negro, encontra-se traduzido em diversas obras de inúmeras autoras que falam sobre o feminismo negro. Tal discurso aparece no livro de Ribeiro (2018, p. 51), e nele é possível perceber a denúncia que Sojourner profere sobre as diferentes condições das mulheres quando ela declara:

> Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carrega-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou eu uma mulher?

As palavras de Sojourner Truth surpreendem, pois tornam evidente alguns fatos: a desvalorização da mulher negra, a desconsideração de suas condições de vida e a forma como o feminismo não é “compatível” com o problemas vividos por elas. O famoso discurso assumiu um caráter embrionário, uma espécie de prelúdio ao que veio a se tornar a mobilização feminista negra. É possível refletir sobre o discurso de Truth a partir da brilhante contribuição da antropóloga Mercedes Jabardo Velasco, a qual diz que

> Encontramos nele alguns dos aspectos que permitem entender o caráter contra-hegemônico deste movimento. Em primeiro lugar, a oralidade do relato frente à racionalidade da escrita dos textos fundacionais do feminismo branco. A oralidade, e também a oratória aprendida e praticada nos púlpitos das igrejas. Ambas ferramentas de resistência dos grupos subalternos. Em segundo lugar, as próprias características da oradora: Sojourner Truth foi a primeira de uma importante saga de intelectuais negras que, sem o apoio de uma obra escrita, conectaram-se com os interesses e as lutas das mulheres negras. Em terceiro lugar, por ser um texto criado desde a colonialidade. Desde aí, com uma linguagem própria que não se vê refletida no espelho imposto, Sojourner Truth desconstrói a categoria (hegemônica) de mulher – uma categoria desde a qual a nega – reivindicando sua própria identidade enquanto mulher. A intersecção da “raça” com o gênero, que desde o sistema hegemônico constrói as mulheres negras como não-mulheres, reaparece no discurso de Sojourner em termos inclusivos. Por trás de sua “Por acaso não sou uma mulher?”, por trás da luta de outras ex-escravas como Harriet Jacobs, aparece um desejo que pulsa por ressignificar o termo mulher. Sua aspiração era ser livre, não apenas da opressão racista, mas também da dominação sexista (VELASCO, 2012, p. 30).

Há muito para se dizer sobre feminismo negro, mas, por ora, a fala de Sojourner Truth sintetiza precisamente o “espírito” do movimento. Trata-se da mobilização da mulher negra em busca de um espaço de visibilidade e valorização. É uma luta por mudança, afinal, todo movimento traz em si a potencialidade de transformação, a qual se dá a partir da consciência de que algo está muito errado. Neste caso, é nítido que o silenciamento da mulher negra estava errado. Inserir sua imagem apenas dentro de estereótipos negativos também estava errado. O feminismo negro foi e ainda é fundamental enquanto um espaço que permite a mulher negra não só falar por si mesma, como também reconhecer-se num discurso feito por suas iguais (as feministas negras), discursos estes que contribuem para desconstruir os rótulos pejorativos impostos sobre elas e expressar seu verdadeiro valor. As palavras de Gonzalez (2019) expressam bem a oportunidade que a mulher negra teve de falar *por si* mesma e se reconhecer no *próprio* discurso,

> Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que fala de si na terceira pessoa, porque é falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (GONZALEZ, 2019, p. 27).

Quando uma mulher negra pôde falar, outras mulheres negras puderam ressignificar a imagem de si mesmas, e ao perceberem-se representadas, puderam também se libertar daquilo que limitava, condenava, inferiorizava e silenciavam-nas.

2.4 A ESCOLA E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

É nítido que, na escola, conta-se uma história sobre o negro reduzindo-o ao seu passado de escravidão, tendo sua cultura apagada pelo colonialismo, e quase não se mencionando suas lutas e resistências.

Ribeiro (2019, p. 7, grifo da autora) traz a seguinte reflexão:

> Fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores, como diz Walter Benjamin. O que não me contaram é que o Quilombo dos Palmares, na serra da Barriga, em Alagoas, perdurou por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência à escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata. Com o tempo, compreendi que a população negra havia sido *escravizada*, e não era escrava – palavra que denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação de outrem.

Torna-se possível concluir, a partir do exposto, que os conteúdos escolares tendem a contar a história do negro a partir de uma perspectiva colonialista, branca e eurocêntrica. Metaforicamente falando, é como se colocassem o negro sentado num canto, ouvindo o branco ditar a sua história a seu próprio modo. A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie ilustra perfeitamente este fato quando menciona sobre a questão da história única, dizendo que

> É impossível falar sobre história única sem falar sobre poder. [...] A forma como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo depende do poder. Poder é a habilidade não só de contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que **o jeito mais simples de se destituir uma pessoa é contar sua história e colocá-la em segundo lugar**. Uma história que tivesse início com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, seria totalmente diferente. Uma história que começasse com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, seria totalmente diferente (ADICHIE, 2009, grifo nosso).

A escola traz em seus livros didáticos a trajetória dos negros contada a partir da perspectiva dos brancos, e ao fazer isso, coloca o negro em segundo lugar em sua própria história. Isto porque conta apenas que ele foi escravo, e assim fica marcado na identidade negra uma imagem de pessoas submissas, humilhadas, pobres, além de uma infinidade de outras características desprezíveis. A história contada sobre os negros contribuiu para a forma como eles ainda são vistos e tratados na sociedade hoje.

Foi pensando em formas de enfrentamento a esse problema presente nos currículos educacionais, que se criou a Lei nº 10.639 de 2003, a qual torna obrigatório o estudo de história e cultura africana e afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio. Sendo assim, tal lei tem como objetivo descentralizar a perspectiva eurocêntrica dos currículos, de forma a conceder espaço para que conteúdos sobre história e cultura africana e afrodescendente sejam igualmente contemplados, discutidos e valorizados.

Logo, é fundamental haver uma mudança de perspectiva quando se trata de estudos sobre a história da escravidão, ou qualquer outro conteúdo que englobe a população negra. Centrar a história e a cultura africana e afrodescendente na perspectiva da comunidade negra é um processo conhecido como “afrocentricidade”. Em seu artigo, Silva (2016, p. 259), ressalta a importância da afrocentricidade nos currículos educacionais afirmando que

> Colocar o africano/afrodescendente como agente da história no mundo ocidental, uma vez que nos últimos quinhentos anos estiveram à margem da história social, cultural, econômica e religiosa, torna-se [...] um dos princípios básicos da teoria e da prática afrocêntricas [...] considerando que, historicamente, os africanos têm sido colocados à margem da experiência cultural do Ocidente, a afrocentricidade surge como um processo de conscientização política o qual busca recentralizá-los,

> percebendo o mundo sob a ótica do africano, defendendo seus valores como parte de um projeto humano e deslocando a discussão sobre o assunto do âmbito do essencialismo (a pessoa é ou não é africana) para o do perspectivismo (como e/ou onde a pessoa se localiza diante da cultura africana).

Em outras palavras, é primordial que a história e a cultura negra sejam valorizadas e abordadas sob a perspectiva própria dos negros – daí também a importância dos movimentos negros e a produção de saberes derivados deles.

2.5 BNCC E A ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora não seja um currículo, atua enquanto um compilado de orientações capazes de auxiliar equipes pedagógicas na elaboração dos currículos locais, de forma que o ensino em todo território nacional, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, tenha a mesma base de parâmetro. Trata-se, portanto, de um documento normativo, que expressa as aprendizagens essenciais que todos os educandos devem desenvolver ao longo da educação básica (BRASIL, 2018).

Sendo assim, o documento traz em si as áreas do conhecimento contempladas ao longo das etapas da educação básica, e cada área do conhecimento ramifica-se em seus respectivos componentes curriculares. Também apresenta um panorama teórico-metodológico sobre cada disciplina, além das competências específicas que espera-se que o aluno desenvolva. Ademais, a BNCC delimita, em cada componente curricular, as unidades temáticas e os objetos de conhecimento a serem trabalhados, e ainda, as habilidades a serem desenvolvidas pelos educandos em relação aos conteúdos da disciplina.

Para a presente pesquisa, foi analisada a área das ciências humanas e, principalmente, o componente curricular História, na etapa do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Alguns apontamentos abordados no documento são interessantes para fazer compreender a forma como a BNCC concebe questões relacionadas ao racismo, além de outros tipos de discriminação e preconceito. Primeiro, o texto relacionado ao componente curricular História cita a necessidade de “[...] respeito a pluralidade cultural, social e política [...] para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito” (BRASIL, 2018, p. 398). Após isso, é possível encontrar mais alguns trechos apontando para a necessidade de reconhecer, na história da formação da sociedade brasileira, a presença de diversos povos, histórias e culturas. O documento entende que este conhecimento é capaz de estimular a autonomia e a criticidade do pensamento por meio da percepção de que existe uma enorme diversidade de sujeitos e histórias.

Ainda quanto à abordagem étnico-racial, nota-se que o documento se refere às questões africanas e afrodescendentes afirmando que

> A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações

> como artífices da própria história do Brasil. A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber (BRASIL, 2018, p. 401, grifo nosso).

Além disso, quanto aos conteúdos africanos e afrodescendentes, o documento ressalta que

> Problematizando a ideia de um "Outro", convém observar a presença de uma percepção estereotipada naturalizada de diferença, ao se tratar de indígenas e africanos. Essa problemática está associada à produção de uma história brasileira marcada pela imagem de nação constituída nos moldes da colonização europeia (BRASIL, 2018, p. 401).

O que se pode notar nas duas citações anteriores é que a BNCC está ciente da condição sob a qual a história do negro é contada: a partir de um ponto de vista colonialista e eurocêntrico, além de respaldada em diversos estereótipos que, como bem destacou-se no documento, são naturalizados. Portanto, na teoria, sabe-se que a imagem do negro foi estereotipada e naturalizada a partir de uma perspectiva branca que insiste em inferioriza-lo e representa-lo de maneiras quase sempre negativas. Assim, o documento propõe um ensino que contemple a diversidade na formação do povo brasileiro e desenvolva no aluno a capacidade de respeitar as diferenças e problematizar as diversas perspectivas de uma história, sabendo analisar, interpretar e contextualizar os conteúdos apresentados.

O ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental pauta-se em alguns procedimentos básicos, e entre eles destaca-se a identificação de eventos importantes na história que envolve a África, Europa e América, além do reconhecimento e interpretação de diferentes versões sobre um mesmo fenômeno (BRASIL, 2018). Defende ainda que

> A valorização da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena [...] ganha realce não apenas em razão do tema da escravidão, mas, especialmente, por se levar em conta a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração (BRASIL, 2018, p. 417).

Talvez seja possível afirmar que o documento reconhece quão fundamental é conhecer e valorizar a história do negro a partir de uma perspectiva própria dele mesmo, reconhecendo e legitimando os conhecimentos e a cultura que essa população desenvolveu. Cabe ao olhar atento da pesquisadora, portanto, verificar se na prática do ensino todas essas defesas realmente se consolidam, ou se ainda há muito a ser problematizado e mudado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou demonstrar que, embora a educação formal seja uma parte essencial do processo de formação humana, ela não está isenta de falhas, as quais, consequentemente, irão manifestar-se em tais práticas de formação. Em outras palavras, buscou-se enfatizar o fato de que o racismo é um fenômeno presente nos processos formativos, e portanto, o silenciamento acerca dele culmina na naturalização do problema, e mais especificamente, repercute na vida de pessoas marginalizadas não só por sua raça, mas também por seu gênero, isto é, as mulheres negras.

Nesse sentido, buscou-se também traçar um panorama explicativo sobre o que é racismo, como ele se manifesta na vida de mulheres negras, como se manifesta nas praticas escolares mediadas pelos currículos e, ainda, como o feminismo negro atua em resposta a esse problema interseccional.

Foi possível concluir que o racismo não é um problema isolado, o qual se manifesta apenas mediante uma atitude específica de um único sujeito. Pelo contrário, o racismo é um problema com raízes históricas, que perpassa a sociedade estruturando-a e demarcando lugares sociais aos sujeitos, portanto, estando presente na vida de todos.

Reconheceu-se, nesse trabalho, que a mulher negra merece certo destaque justamente por ser, muitas vezes, silenciada ou esquecida, parecendo assim que o racismo possui um peso ainda maior sobre ela. É por esse motivo que julga-se ser fundamental estudar as feministas negras, pois trata-se de uma maneira de ouvir o que elas próprias tem a dizer sobre si mesmas, abandonando estereótipos e preconceitos que por muito tempo elas carregaram, em decorrência de um passado de discriminação.

Inúmeras vezes, autores brancos resolveram estudar a problemática do racismo e a historia das pessoas negras. Considera-se que essa pesquisa foi uma oportunidade de, dessa vez, não mais haver uma autora branca estudando o problema do racismo e discorrendo-o sobre ele com alguma propriedade, mas sim, uma autora que decidiu “ouvir” o que os próprios autores negros tinham a dizer acerca da problematica do racismo sob perspectiva própria.

Além disso, sabe-se que não é fácil solucionar um problema tão enraizado na sociedade, na cultura e na história, contudo, conhecer e entender o racismo é o primeiro passo para intervir na luta antirracista, a qual é um tarefa ou até mesmo um dever de todos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The Danger of a Single Story**. TEDGlobal, jul. 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg. Acesso em: 01 jun. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

GOMES, Raíza Feitosa. Raça e gênero: o contexto histórico, socioeconômico e jurídico das mulheres negras no Brasil. **Revista FAFIRE**, Recife, v. 12, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: ARRUDA, Angela... [et al.]; HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 24-46.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KYRILLOS, Gabriela de Moraes. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020.

PENA, Sérgio Danilo Junho; BIRCHAL, Telma de Souza. A inexistência biológica *versus* a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? **REVISTA USP**, São Paulo, n. 68, p. 10-21, dez./fev. 2005-2006.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Maurício. Afrocentricidade: um conceito para a discussão do currículo escolar e a questão étnico-racial na escola. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 255-261, maio/ago. 2016.

VELASCO, Mercedes Jabardo. “Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde/con el feminismo negro”. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). **Feminismos negros: una antología**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 27-56.